

A desigualdade econômico-social indiana e sua política comercial: mútua influência de agenda¹

Rodrigo Galvão Pinho Lins
Mestrando em Ciência Política
Universidade Federal de Pernambuco
Bolsista do CNPq
lins-rodrigo@hotmail.com

Em livro de 2011, o economista Jim O’Neill – criador do acrônimo BRICS – destaca a Índia como o país mais misterioso do grupo. A história da nação fez com que ela se desenvolvesse de forma singular. Ao passo que o país tem um dos maiores crescimento econômico do mundo, ele ainda enfrenta extrema pobreza e desigualdade interna. Sob a tutela do então Ministro das Finanças, Manmoah Singh, em 1991 a Índia experimenta novo modelo econômico e comercial, com os industriais livres em suas opções de investimento. No entanto, ao mesmo tempo em que há um crescimento na economia nacional, o aumento na desigualdade na distribuição de renda é simultânea. Enquanto cidades mais estruturadas e com vocação industrial recebem um maior número de investimentos, as regiões rurais permanecem à margem de tal crescimento. Como Amit Bhaduri (2012) ressalta, “a combinação entre a aceleração do crescimento e o aumento das desigualdades começam a trabalhar em uníssono”. O Gini Index, do Atlas of Global Development de 2013, mostra que, em 1994, o index era de 30.8, passando para 33.4 em 2005 até atingir 33.9 em 2010. A proposta do trabalho é traçar um paralelo entre as influências mútuas da desigualdade interna e da política comercial liberal pós-reforma. Entender se essa política liberal adotada pela Índia ajudou o país a se desenvolver e, em contrapartida, se a situação desses indianos é inserida nas agendas das relações comerciais da Índia. Dados do Banco Mundial mostram que a política de liberalização alargam as desigualdades.

Palavras-chave: Índia; política comercial; desenvolvimento social.

¹ Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, "¿Qué ciencia política para qué democracia?", Asociación Uruguayo de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014.

A Índia foi escolhida como o caso de estudo devido às suas peculiaridades. O país possui uma grande população e, por isso, é denominada – inclusive por acadêmicos indianos (Guha, 2007) – como a maior democracia do mundo. Experimentou, desde sua independência, em 1947, até o fim dos anos 1980, uma política comercial voltada para o nacionalismo e marcada pela forte intervenção estatal. Foi só em 1991, sob a batuta do então ministro das Finanças Manmohan Singh, que o país arrefeceu suas barreiras. Poucas nações possuem um marco tão claro da guinada em direção ao modelo liberal. A política comercial adotada permitiu um crescimento econômico rápido e constante nos anos que se seguiram à reforma.

No que tange o lado social, a Índia é sabidamente marcada por fortes contrastes. A pobreza existente desde o período colonial nunca foi realmente resolvida, assim como problemas de educação, saúde e desemprego. As desigualdades regionais também são alarmantes, com as áreas rurais ficando para trás enquanto as partes urbanas do país se saem um melhor. Assim, o dualismo existente dentro do país é palpável e fonte de curiosidade acadêmica. Ao mesmo tempo em que se assiste um crescimento econômico forte, conhecido como “taxa hindu de crescimento” (Guha, 2007), também se percebe uma clivagem social e econômica grande entre os ricos e pobres.

Metodologicamente, ainda que a ressalva mostrada por Odell (2008), de que “é pouco provável que qualquer estudo de um só caso seja capaz, sozinho, de provar ou refutar uma teoria decisivamente” (ODELL, 2008, p. 62), esse estudo serve para jogar uma luz nos esforços feitos por pesquisadores no âmbito econômico e político concernente à Índia. O presente trabalho não tem pretensão de esgotar o assunto, muito pelo contrário. Ele é um estudo inicial para que em um trabalho futuro os debates apresentados estejam mais firmemente esclarecidos e comprovados.

A primeira parte do artigo fará um levantamento histórico do comércio da Índia moderna, mostrando a evolução das políticas adotadas no período colonial e na independência pré-reforma. Em seguida, será analisada prática liberal, iniciada em 1991 (fase que terá mais ênfase, uma vez que se pretende observar a influência deste sistema na vida social do país). Dessa forma, será possível compreender o motivo dos dois rompimentos na política econômica indiana: a busca por uma autossuficiência no período pós-colonial inaugurado por Nehru, e a derrubada das barreiras comerciais e a

busca por uma política de livre-mercado, tendo as reformas do início dos anos 1990 como principais símbolos.

Depois, será feito um balanço dos índices sociais indianos. Neste trecho, também será abordada a teoria de desenvolvimento, bastante importante para o presente estudo, do economista indiano Amartya Sen. Na quarta parte, observaremos a influência da prática do liberalismo indiano nas desigualdades socioeconômicas ainda presentes no país. Por fim, algumas conclusões serão apresentadas. A principal mostra que a influência da política comercial de cunho liberal não serviu para ajudar o país a se desenvolver como esperado. Apesar da economia pujante, os indianos continuam passando por privações básicas, em questões como saúde e educação.

Histórico da política comercial indiana

A Índia colônia e o desarranjo de sua economia

A batalha de Plassey, que aconteceu em 1757, é um importante evento na história do comércio da Índia moderna. A partir da vitória do coronel Robert Clive, os britânicos impuseram suas vontades sobre o território indiano. Essa batalha, do ponto de vista estritamente comercial, marcou a conquista de Bengala – a província mais rica do país – por parte da Companhia das Índias Orientais, que iria dominar o país até 1850. Mas foi durante as últimas décadas do domínio inglês no país que a Índia passou a sofrer restrições cada vez mais incisivas da metrópole. Na segunda metade do século 19, como explica Polanyi (2001), a imposição do livre mercado – para os produtos ingleses – abalou o modelo de comunidade aldeã do país. O barateamento dos *chaddar* feitos à mão em função dos produtos feitos à máquina é um dos principais motivos das grandes fomes que assolaram a Índia sob o regime britânico. Mas foi a livre comercialização de cereais, combinada com a baixa no rendimento local, que rompeu de vez com o sistema anterior. O mercado recém-livre, mas pouco organizado, obrigava os indianos a comprarem trigo a preços extremamente elevados.

Em 1913 a Índia já havia se transformado no principal comprador das exportações inglesas, incluindo “têxteis, de ferro e aço, maquinário e outros que refletiam a força industrial da Grã-Bretanha” (Metcalf e Metcalf, 2013, p. 151). O país oriental, que era o

maior exportador mundial de têxteis no período pré-colonial (Mukherjee, 2012), foi proibido de vender os seus famosos tecidos e passou por uma desindustrialização, sendo resumida à exportação de algodão cru para a metrópole. No fim do controle britânico, cerca de 90% de sua necessidade de ferramentas de maquinário eram supridas por apenas por importações. A pequena indústria de base, que começou a ser desenvolvida nos anos 1930 e 1940, já começou a criar o esboço da desigualdade regional do país.

Na agricultura, a produção caiu 14% entre 1901 e 1941. A queda em grãos per capita para o mesmo período foi ainda maior: 24% (Chandra et. al., 2008). Devido a estrutura que foi sendo moldada no período colonial, os trabalhadores da agricultura que não tinham terra cresceu de 13% em 1871 para 28% em 1951. Dessa forma, o período colonial não pode ser entendido como um momento de desenvolvimento “parcial”. Como Chandra et. al. (2008) coloca, o desenvolvimento que surgiu no período pós-colonial não foi *devido* ao colonialismo, mas *apesar* dele.

Com informações de Angus Maddison, Mukherjee (2012) lembra que durante os mil anos do primeiro milênio, a Índia possuía a maior economia do mundo, respondendo por 30% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Durante o século 18, a economia indiana ainda representava 25%. No entanto, em 1950 o país correspondia apenas a 4,2% do PIB do mundo.

Independência: a “Era Nehru”, nacionalismo e o Congresso

Já em 1947, no ano de sua independência, a Índia, agora livre, dobrou à esquerda e aproximou-se do socialismo (Costa Lima, 2013). Essa foi uma forma de romper com a experiência de ser subjugado por um país estrangeiro e começar a desenvolver a economia industrial nacional. Diferentemente de Gandhi, que desejava uma Índia prioritariamente agrícola, o primeiro primeiro-ministro Nehru buscou fortalecer a economia nacional e reequilibrar a balança comercial indiana. Após a implementação do sistema colonialista, a transição para um sistema de autossuficiência foi mais difícil (Mukherjee, 2012). Os anos que antecederam imediatamente a independência apontavam que a indústria moderna, em 1946, empregava apenas 2,3% da força de trabalho.

Com o objetivo de transformar essa realidade, Nehru deu início ao seu modelo econômico. Seguindo o exemplo dos planos quinquenais soviéticos, a Índia contou com um voltado para a agricultura (1951-56) e um voltado para a indústria (1956-61). Durante o primeiro plano, a produção agrícola teve um crescimento de 25%. Já a indústria, a partir do início dos anos 1960, teve um crescimento anual de 7%. Obviamente, para buscar uma autossuficiência, ter indústrias nacionais era a forma de iniciar a nova etapa. Quatro motivos para que os países em desenvolvimento prefiram essas indústrias em detrimento das multinacionais são apresentados por Amsden (2007). A primeira seria: *“multinational firms that operate in developing countries are all identical”* (AMSDEN, 2007, p. 144). Com isso, a autora quis ressaltar que todo o pessoal mais capacitado é mantido nas sedes de suas empresas, fazendo a subsidiária apenas uma ferramenta burocrática. O segundo, mais autoexplicativo, diz que *“under national ownership, any entrepreneurial rents or technological profits stay in the developing country rather than repatriated overseas”* (AMSDEN, 2007, p.144). Indo na mesma lógica do anterior, o terceiro motivo leva em consideração que tudo que há de melhor na empresa fica no país-sede. Isso inclui os investimentos mais importantes em pesquisa e desenvolvimento. Por fim, o quarto motivo diz que a globalização a partir de investimentos exteriores ajudam a entender o mercado, mas que é impossível investir em outros países sem que se tenha uma indústria nacional.

O modelo de autossuficiência aumentou o isolamento indiano, existente desde a década de 1930, em relação ao comércio global. Dessa forma, os preços aos consumidores aumentaram e o comércio, ainda que regulado pelo estado, passou a ser dominado pelos capitalistas indianos, sem risco de concorrência (Metcalf e Metcalf, 2013). A família de Nehru seguiu desempenhando importantes papéis no país. Sua filha, Indira Gandhi, que ocupou o cargo de primeira-ministra em duas oportunidades, gerenciou um país onde a corrupção borbilhava. Manteve o país fechado e após algumas manobras políticas de perseguição a determinadas minorias, foi assassinada por dois seguranças. O filho mais velho de Indira, Rajiv Gandhi, foi quem começou a encaminhar a política comercial do país para outra direção, abrindo o mercado para o capital estrangeiro. A década de 1980 foi marcada por uma liberalização “fragmentária” (Metcalf e Metcalf, 2013). As indústrias foram isentas de alguns licenciamentos e as cotas sobre produtos importados foram substituídas por tarifas, permitindo a expansão de grandes empresas.

Reformas e o liberalismo comercial

Antes das reformas, iniciadas em 1991, a política comercial era marcada por altas tarifas e restrições de importação. A importação de bens de consumo manufaturados era completamente banida. Já a de bens de capital possuía uma lista de itens que podiam ser livremente importados, mas para os produtos que havia um substituto sendo produzido nacionalmente, a importação só era possível por meio de licenças. Os critérios para tais licenças “não eram transparentes, atrasos eram endêmicos e a corrupção era inevitável” (Ahluwalia, 2002).

Apesar de Rajiv Gandhi ter dado início à lenta caminhada da economia indiana em direção às reformas liberais, ainda na década de 1980, nenhuma mudança expressiva ocorreu até o início dos anos 1990. Foi com a chegada ao poder de P.V. Narasimha Rao – com Manmohan Singh como ministro das Finanças – que o liberalismo de fato passou a ser pautado na Índia. As licenças de importação para bens de capital foram abolidas por completo em 1993, juntamente com uma mudança para um regime de taxa de câmbio flexível. Essas mudanças específicas foram mais suaves devido ao fato de que o número de produtores domésticos era relativamente pequeno. A remoção das restrições dos bens finais de consumo, no entanto, foi mais difícil. O número de produtores domésticos afetados seria alto, parcialmente porque a indústria de produção de bens de consumo havia sido reservada para produção de pequena escala. Apenas em abril de 2001 que as restrições à importação de bens de consumo e produtos agrícolas foram retiradas, em grande parte devido a uma disputa com os Estados Unidos na OMC (Ahluwalia, 2002).

A força com que a economia indiana cresceu nos últimos anos é indiscutível. Nos dados apresentados pelo último *Atlas of Global Development*, do Banco Mundial e apresentado em 2013, a Índia aparece como a quarta maior economia do mundo (tabela 1). Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a média de crescimento do PIB indiano entre 1996 e 2005 foi de 6,4%. Em 2010 chegou ao nível de 10,3%, ficando apenas 0,1 ponto percentual atrás da China. Após alguns deslizes, a expectativa é que o crescimento em 2014 atinja 5,4% em 2014 e 6,4% no próximo ano.

Tabela 1. Maiores Economias, 2011

Rank	País	O rendimento nacional bruto PPP atuais US\$ internacional (bilhões)
1	Estados Unidos	15,232
2	China	11,325
3	Japão	4,539
4	Índia	4,488
5	Alemanha	3,283

Fonte: Banco Mundial, 2013

A importância do comércio exterior cresceu consideravelmente durante os anos 1990. As exportações saíram de 4,9% e atingiram 8,5% do PIB. As importações, que representavam 7,9% chegaram a 11,6%.

As reformas também engataram uma aceleração na indústria de software indiana. O setor cresceu em uma média de 8,1% ao ano durante os anos 1990. A receita cresceu de US\$ 197 milhões em 1990 para US\$ 8 bilhões em 2000. Empresas de call center também se multiplicaram pelo país. Em 2008, o setor empregava dois milhões de pessoas, gerava US\$ 25 bilhões, somando 3% do PIB do país. Entre 1991 e 2000, o governo aprovou mais de 10 mil propostas de investimento de empresas estrangeiras (Guha, 2007).

Desigualdades econômico-sociais

Durante o discurso de independência, no dia 14 de agosto de 1947, o então primeiro-ministro Jawaharlal Nehru afirmou que servir à Índia significa colocar um fim na pobreza, na ignorância, nas doenças e nas oportunidades desiguais. Quase setenta anos depois, a realidade indiana ainda convive com todas essas mazelas.

A dicotomia enfrentada pela Índia é bastante singular. Se, por um lado, o país apresentou por mais de uma década um crescimento de PIB orbitando entre os 7%, ele

ainda lida fortemente com a pobreza. A Índia figura em primeiro lugar na quantidade de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia. Diferentemente do que se pode pensar, a Ásia – e não a África – é o continente com os números mais alarmantes. Dos cinco países com o maior número de pessoas vivendo sob a linha da pobreza, quatro são asiáticos e apenas um é africano (tabela 2).

Tabela 2. Pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25/dia

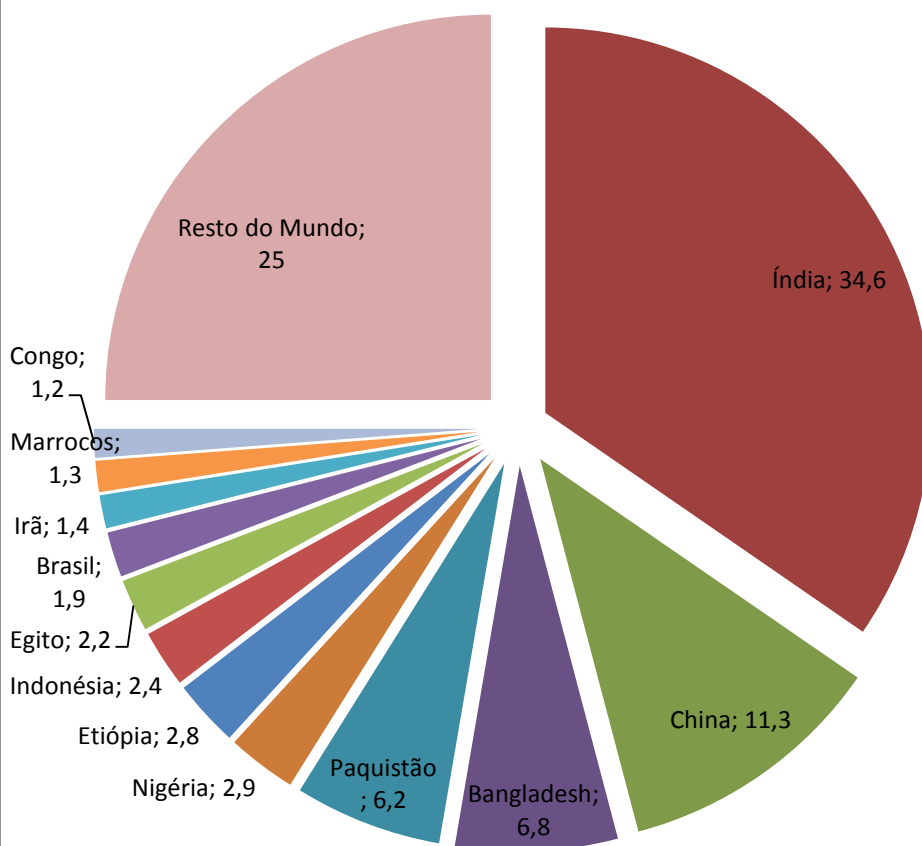
País em desenvolvimento	Número de pessoas (milhões, dados mais recentes 2005-2010)
Índia	568
China	276
Nigéria	108
Bangladesh	64
Indonésia	64

Fonte: Banco Mundial, 2013

Para Guha (2007), uma das razões para a continuidade da pobreza na Índia se deve ao histórico do governo central de pouco investimento em serviços básicos, como educação e assistência médica. A liberalização da economia indiana de fato coincidiu com uma queda do investimento em setores sociais. Enquanto o governo central manteve uma média constante, mas baixa, de investimentos, os governos estaduais apresentaram contínuo desinteresse em gastos no setor (Ahluwalia, 2002; Dev e Mooij, 2002).

Os números disponíveis para esses setores são realmente alarmantes. Em 2006, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) divulgou uma publicação sobre a educação no mundo e mostrou que a Índia sozinha responde por 34,6% de todos os analfabetos do mundo (Gráfico 1). A China, que aparece em segundo lugar, corresponde a 11,3% – uma diferença de 23,3 pontos percentuais. Dados apresentados pelo próprio Guha (2007) dão conta de que em 1991 – ano em que as reformas liberais tiveram início – apenas 39% das mulheres indianas e 64% dos homens sabiam ler e escrever. O gasto público em educação, enquanto parcela do PIB, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), era de 4,3% em 2000. Em 2012, o percentual havia caído para 3,3%.

Gráfico 1. Distribuição da população global de adultos analfabetos, 2000-2004 (%)



Fonte: Unesco, 2006

Em termos de saúde, a Índia sofre com uma situação endêmica de má nutrição. O Timor Leste – ex-colônia portuguesa que só obteve sua independência 30 anos após a Índia – é o único país asiático a fazer companhia à Índia na lista de países com maiores taxas de má nutrição. Ao todo, entre 2005 e 2011, 48% das crianças indianas com menos de cinco anos são mal nutridas, dez pontos percentuais a menos que o Timor Leste e Burundi, que encabeçam o *ranking*. A expectativa de vida no país é de 66 anos e a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos é de 61 para cada mil (Unesco, 2012;

Banco Mundial, 2013). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), menos de 40% da população faz uso de boas instalações sanitárias.

A população indiana também está expandindo. De acordo com o atlas do Banco Mundial, a Índia deverá ter 1,385 bilhões de pessoas em 2020 (tabela 3). A taxa de crescimento populacional, que tende a ser maior em regiões tidas como atrasadas, gera um problema para o futuro: maior número de pessoas resultará, conseqüentemente, em maior número de força de trabalho. No entanto, esses novos trabalhadores em potencial não terão como ser absorvidos por completo, uma vez que nas regiões rurais – onde elas se concentram – o crescimento de oportunidades de emprego não possui o mesmo ritmo. Como Pal e Ghosh (2007) mostram, a taxa de crescimento de geração de emprego na área rural entre os anos de 1993-94 e 1999-2000 foi de 0,67%. Para os autores, essa é a taxa mais baixa de toda a história pós-independência da Índia.

Tabela 3. Países com as maiores populações em 2020

Rank	País	População projetada (milhões)
1	Índia	1.385
2	China	1.382
3	Estados Unidos	335
4	Indonésia	262
5	Brasil	210

Fonte: Banco Mundial, 2013

Um dos grandes problemas sociais da Índia, no entanto, segue sendo o formato de distribuição de renda. Em 2010, os 20% mais ricos do país eram donos de 42,8% da renda nacional. No entanto, usando o mesmo período como referência, os 20% mais pobres só somavam 8,5% do total da renda. O mesmo índice, em 1994, era de 40,1% para os 20% do topo e 9,1% para os 20% localizados mais em baixo. Os números, coletados no banco de dados do Banco Mundial, explicita o fato de que os ricos abocanham uma parcela cada vez maior da riqueza nacional, enquanto os pobres estão mais excluídos. O índice de Gini, que mensura a desigualdade da distribuição de renda, só cresce na Índia. Em 1994, o valor era de 30,8, passando para 33,4 em 2005 até atingir 33,9 em 2010.

Esse grande contraste da realidade indiana é representada, em boa parte, pela desigualdade entre as regiões urbanas e rurais. Os dados apresentados por Bhattacharya

e Sakthivel (2004) ratificam a ideia levantada por Ahluwalia (2002), de que a reforma de 1991 não olhou o suficiente para o setor agrícola. Apesar da política social agrária de Nehru, as reformas propostas por ele nos anos seguintes à independência não ajudaram a diminuir a desigualdade de renda, mas apenas no incentivo de grandes proprietários “prósperos” para aumentar a eficiência do setor (Metcalf e Metcalf, 2013).

Responsável por pouco mais de 50% dos empregos na Índia, o valor agregado da agricultura como proporção do PIB é de apenas 17,2% (Banco Mundial, 2013). Historicamente, a Índia é um país majoritariamente rural. Em 1951, quatro anos após sua independência, 82,3% de sua população viviam em áreas rurais. Esse dado reforça a importância da agricultura.

A partir do momento em que o estado se ausentou do palco da economia, deixando espaço para a ideia liberal de livre mercado atuar, os gastos do governo com ajuda às regiões voltadas para a agricultura também sofreram com redução. Esses gastos, para a ajuda de subsídios, foram praticamente zerados. É possível perceber o desinteresse pelas áreas rurais ao compararmos o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza: em 2004/2005, 28,3% das pessoas vivendo na zona rural viviam abaixo da linha da pobreza, enquanto o número era de 25,7% nas áreas urbanas. Em 2011/2012 esse número despencou nas cidades, atingindo 13,7%. As áreas rurais, no entanto, só presenciaram uma redução de 2,6 pontos percentuais. Os números são do Reserve Bank of India, o Banco Central indiano.

A pobreza nas áreas menos cuidadas ainda se alia a um fator preponderante para perpetuação dessa desigualdade regional: a área urbana conta com o maior número de alfabetizados do país (tabela 4).

Tabela 4. Taxa de alfabetização por localidade, 1991, 2001

	1991			2001		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Rural	57,9	30,6	44,7	71,4	46,7	59,4
Urbana	81,1	64	73,1	86,7	73,2	80,3
Total	64,13	39,29	52,21	75,85	54,16	65,38
Diferença Rural-Urbana	23,2	33,4	28,4	15,3	26,5	20,9

Fonte: Pal e Ghosh, 2007

Apesar da agricultura ainda ser o maior empregador na Índia, o baixo crescimento do setor é alarmante. De acordo com o Banco Central indiano, do biênio 2008-09 ao biênio 2012-13, o setor cresceu apenas 2,9%. A indústria aumentou em 5,4% e serviços teve uma expansão de 8,8%. A mesma fonte também mostra a queda da participação da agricultura no PIB, quando saiu de 15,8% em 2008-09 até chegar a 13,7% em 2012-13. Com uma queda menor, a indústria foi de 20,1% para 18,9%, levando em consideração o mesmo período. Dessa forma, o setor de serviços passou a responder por 67,4% do PIB em 2012-13. Um crescimento de 3,1 pontos percentuais comparado ao biênio 2008-09.

Para Sahni (2013), essas diferenças explicam porque as “necessidades das zonas rurais pobres são uma das principais preocupações da política comercial”. Toda essa discrepância entre as áreas rurais e urbanas deu origem a um fato social sem precedentes: altas taxas de suicídio entre camponeses. Entre 1995 e 2005, pelo menos 10 mil trabalhadores da terra cometeram suicídio. De acordo com alguns estudiosos (Guha, 2007), a rápida transformação da vida social na Índia contemporânea pode ser um dos principais fatores.

A ideia de desenvolvimento

Apesar de um estudo extremamente esclarecido sobre o período colonial da Índia e da importância das políticas adotadas por Nehru, Mukherjee (2012) parece se prender ao fato de que as reformas da década de 1990 influenciaram de forma exclusivamente positiva o desenvolvimento indiano. Falhando exatamente onde Sen (2010) e Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010) apontam como erro de mensuração de desenvolvimento de um país. Para os autores – que passaram a trabalhar juntos a partir de um esforço do ex-presidente francês Nicolas Sarkozy – apontaram falhas no modelo de mensuração corrente. Apesar de usar termos mais técnicos em sua exposição, a obra esclarece erros de mensuração e insuficiência de dados fornecidos pelos governos para que se possa ter uma ideia mais completa de todos os aspectos da qualidade de vida dos cidadãos. Escapando um pouco das questões econômicas, a Comissão responsável pelo estudo levanta três maneiras de se tentar compreender a completude do bem estar: a do bem estar subjetivo; a de capacidades; e a de alocações justas. Sen (2010), que contribuiu

para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), defende que é preciso estar atento à privação de capacidade que os cidadãos de um estado estão sujeitos. O desenvolvimento de um país está, segundo o autor, diretamente ligado às oportunidades de escolha.

Como foi observado até agora, um forte crescimento econômico não significa, necessariamente, que essa alavancagem possa ser o símbolo de desenvolvimento de um país. A possibilidade de um país poder vivenciar um crescimento rápido e ser, simultaneamente, “subdesenvolvido” (Paulet, 2009) explicita a importância do estudo também de índices sociais. O PIB, que apesar de não ser desprezível, se ausenta de lidar corretamente com questões como a “distribuição das riquezas, a educação, a mortalidade” (Paulet, 2009, p. 85).

O IDH, ainda que possa ser questionado sobre sua completude, é uma possibilidade de se fugir da ideia do PIB per capita. Ele leva três fatores em consideração: “a expectativa de vida, o nível de instrução (número de anos de estudo) e o poder de compra dos habitantes” (Paulet, 2009). O relatório divulgado este ano pelas Nações Unidas aponta para o fato de que a Índia se encaixa no grupo nomeado de “Desenvolvimento Humano Médio”, com um índice de 0,586 e ocupando apenas a posição 135 do *raking*. Países como Timor-Leste (128), Iraque (120) e Palestina (107) estão à frente da Índia.

Influência mútua da política liberal e da desigualdade social indiana

A crença liberal, semelhante à adotada pela Índia em 1991, defende que o livre-mercado e a atuação mínima do estado são algumas das chaves para o desenvolvimento de um país. As duas ideias respondem, respectivamente, pelo crescimento excludente do PIB nacional e pela falta de investimento em questões sociais. No entanto, como já mencionado anteriormente, existe um importante debate no que diz respeito à ideia de desenvolvimento. Os números apresentados pelo PIB e pelo PIB per capita da Índia nas últimas décadas – sobretudo nos anos pós-reforma – pode passar a impressão de um país que cresce (e, para alguns determinados pontos de vista, se desenvolve) a passos largos.

As reformas liberais adotadas pelos líderes indianos a partir de 1991 levaram, de fato, à risca a ideia de livre mercado. As barreiras que existiam anteriormente foram extintas quase em sua totalidade. O papel do estado também seguiu um caminho pautado na doutrina reformista. Além de manter-se mais afastado da economia, pareceu arrefecer a ideia – iniciada por Nehru após a independência do país – de proporcionar a todos os indianos uma condição de vida digna.

Bhaduri (2012) afirma que a nova política comercial do estado indiano “teve a consequência de paralisar muitas políticas públicas pró-pobreza” (Bhaduri, 2012, p. 23). Para ele, as políticas orientadas ao mercado e às reformas seguem aumentando o fosso entre ricos e pobres, assim como entre regiões. “A combinação entre aceleração do crescimento e o aumento das desigualdades começa a trabalhar em uníssono” (Bhaduri, 2012, p. 27).

Com o mercado aberto e com o crescimento sendo sustentado pelo que se chama de “predatório” (Bhaduri, 2012; Costa Lima, 2013), a tendência é que a política comercial permissiva mantenha o nível de desigualdade no país. Com a legislação sendo moldada para que as grandes empresas tenham crescimento voraz e excludente, o impacto nas desigualdades já existentes é quase sempre negativo.

A liberalização comercial ajudou alguns subsectores, como manufatura e serviços com mão de obra qualificada, onde a Índia possui competitividade internacional. No entanto, boa parte do setor de manufatura e da agricultura foram negativamente impactadas pela liberalização comercial. O problema é mais grave especificamente na agricultura, uma vez que aproximadamente 70% da população depende dela de alguma forma (Pal e Gosh, 2007). *“Therefore, a free trade regime may not necessarily lead to higher employment generation in a country; this is supported by India’s experience thus far”* (Pal e Gosh, 2007, p. 26).

Os dados de distribuição de renda, já apresentados, mostram o impacto da política liberalizante. Entre 1994, ano imediatamente posterior ao fim das barreiras comerciais, e 2010, os 20% mais pobres passaram a corresponder 0,6 ponto percentual menos da renda nacional. Entre os 20% mais ricos, houve um acréscimo de 2,1 pontos percentuais (banco de dados Banco Mundial).

A abertura do comércio para produtos estrangeiros também representa uma modificação no perfil dos itens exportados pelo país. Conhecido pelos seus tecidos, o setor têxtil representava 23,6% das exportações indianas em 2000-01 e passou a significar 9,7% em 2013-14 (Economic Survey 2013-14, Ministry of Finance).

Ainda que os indicadores sociais seguem apresentando números alarmantes, que foram intensificados no período pós-reforma, o governo central pouco tem feito para tentar arrefecer os problemas dos indianos. A liberalização do mercado e a subsequente industrialização da economia indiana fizeram com que a agricultura fosse fortemente atingida. E a falta de atuação do governo faz com que a adaptação seja ainda mais dolorosa. Para Pal e Gosh (2007), o “zelo” dos políticos indianos ao adotar uma política orientada pelo mercado não observou que nas histórias de sucesso do Leste Asiático sempre houve um alto investimento em saúde, educação e segurança social.

A participação na OMC e a inclusão dos pobres na política comercial

Enquanto é possível perceber um padrão de alargamento das desigualdades sociais no período pós-reforma, essas mesmas desigualdades começam a ser levadas em conta pela política comercial indiana. A agricultura é um ponto chave para entender os problemas dos indianos mais pobres. Levando isso em consideração, é possível observar um posicionamento mais firme da Índia no âmbito mundial.

Em um encontro realizado em Bali, em novembro de 2013, ministros do Comércio dos países com representantes na Organização Mundial do Comércio (OMC) acordaram a adoção do *Trade Facilitation Agreement* (TFA), com uma data limite de 31 de julho deste ano para a sua implantação. A Índia, no entanto, bloqueou o acordo ao não adotá-lo no período previsto. Preocupado com a questão de segurança alimentar, já que uma grande parcela da sociedade tem dificuldade para obter alimentos, o país argumenta que é preciso oferecer garantias para o seu setor agrícola antes que políticas de facilitação do comércio global sejam levadas adiante. A Índia reconhece que o limite máximo de 10% de subsídio não será alcançado pelo país, que precisa formar estoques. Além disso, ela quer uma solução definitiva para a questão da participação pública de ações de grãos.

Membro da OMC desde a sua fundação, em 1995, a Índia historicamente busca melhores condições para manter a sua agricultura de subsistência. A prática adotada pelo governo indiano consiste em comprar produtos a preços artificialmente mais caros do que os praticados pelo mercado e, em seguida, revender a mercadoria a preços simbólicos para a população mais carente.

Conclusão

Ainda que o presente trabalho seja um estudo inicial para perceber o impacto da política comercial indiana em suas dificuldades socioeconômicas (e vice-versa), é possível chegar a algumas conclusões importantes. Segundo os argumentos apresentados no decorrer do presente artigo, não se pode negar um forte crescimento econômico na Índia no período pós-reformas. Os números do PIB e do PIB per capita estiveram costumeiramente elevados, sobrepondo-se aos resultados alcançados por estados já desenvolvidos como os Estados Unidos e países da Europa ocidental. Sem dúvida, a vizinha China foi a única a conseguir apresentar melhor índice de crescimento. Por outro lado, também não podemos afirmar que a Índia soube aproveitar o movimento de crescimento econômico para se desenvolver. Preocupando-se com o que vai além dos números da economia nacional, pode-se notar que não existe uma forte relação entre ele e a melhora social do país.

O que se espera, ainda assim, não é uma volta à autossuficiência alcançada a qualquer custo, como se desejava na Índia recém-independente. Em um mundo cada vez mais interligado, a Índia – por meio de sua estrutura estatal – precisa tirar proveito do que os mercados podem lhe oferecer. O que se precisa fazer, assim, é aumentar os investimentos nas áreas sociais. Além de investimentos diretos em saúde e educação, também é preciso fazer um esforço para tornar a agricultura do país mais competitiva e também representativa nas políticas sociais do país. Enquanto essas transformações não tiverem início, dificilmente a Índia poderá exigir um maior papel no comércio internacional. Tanto Guha (2012) quanto Sibal (2012) entendem que as questões internas não devem permitir uma maior potência no âmbito internacional. O último foi mais enfático:

“As for India’s place in the global economy, given the vast developmental challenges that remain domestically, it would be difficult to imagine India asserting its economic dominance in international markets any time soon” (SIBAL, 2012, p. 22).

Por fim, é importante ressaltar que o presente estudo não argumenta que as desigualdades existentes na Índia são frutos da política de liberalização do país. Reconhecemos as raízes históricas de tais problemas. O que se espera é termos apresentado a questão da perpetuação do problema – e, em alguns momentos, até o aprofundamento – por meio da política econômica e comercial posta em prática a partir dos anos 1990. Metodologicamente, temos consciência que não podemos reivindicar uma certeza a respeito da hipótese levantada, pois apesar da abordagem historicista, ainda é necessário testá-la.

Referências bibliográficas:

- AHLUWALIA, Montek S. **Economic Reform in India Since 1991: has gradualism worked?**. In: Journal of Economic Perspectives, v. 16, n. 3, p. 67-88, 2002
- AMSDEN, Alice H. **Escape From Empire: the developing world’s journey through heaven and hell**. Cambridge: The MIT Press, 2007.
- BHADURI, Amit. **O Crescimento Predatório**. In: COSTA LIMA, Marcos (org.). Política Internacional Comparada: O Brasil e a Índia nas novas relações Sul-Sul. São Paulo: Alameda Editora, 2012.
- BHATTACHARYA, B. B.; SAKTHIVEL, S. **Regional Growth and Disparity in India: a comparison of pre and post-reform decades**. In: Economic and Political Weekly, vol. 39, n. 10, pp. 1071-1077, mar. 6, 2004.
- CHANDRA, Bipan; MUKHERJEE, Mridula e MUKHERJEE, Adytia. **India Since Independence**. New Delhi: Penguin Books India, 2008.
- COSTA LIMA, Marcos. **A Experiência Indiana: crescimento predatório e manutenção da pobreza**. In: Estudos Internacionais, v. 1 n. 2, p. 185-203, jul-dez 2013.
- _____. **Índia: avanços, problemas e perspectivas**. In: COSTA LIMA, Marcos (org.). Política Internacional Comparada: O Brasil e a Índia nas novas relações Sul-Sul. São Paulo: Alameda Editora, 2012.
- DATT, G.; RAVAILLON, M. **Is India’s economic growth leaving the poor behind?**. In: Journal of Economic Perspectives, v. 16, n. 3, p. 89-108, 2002.

- DEV, Mahendra S. e MOOIJ, Jos. **Social Sector Expenditures in the 1990s**: analysis of central and state budget. In: Economic and Political Weekly. March 2, pp. 853-66. 2002.
- GUHA, Ramachandra. **India After Gandhi**: the history of the world's largest democracy. New York: HarperCollins Publishers, 2007.
- _____. **Will India Become a Superpower?**. In: LSE Ideas. 2012.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook**: a survey by the staff of de IMF. Washington, DC. 2014.
- METCALF, Barbara D. e METCALF, Thomas R. **História Concisa da Índia Moderna**. São Paulo: Edipro. 2013.
- MUKHERJEE, Aditya. **Da Globalização Colonial à Globalização Pós-Colonial**: o não alinhamento e cooperação Sul-Sul. In: Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. V.1, n.2, jul-dez 2012, p.265-288.
- ODELL, John S. **Case Study Methods in International Political Economy**. In: SPRINZ, Detlef F. and WOLINSKY-NAHMIAS, Yael (ed.). *Models, Numbers & Cases*: methods for studying International Relations. The University of Michigan Press, 2004.
- PAL, Parthapratim; GHOSH, Jaytay. **Inequality in India**: a survey of recent trends. 2007. http://www.un.org/esa/desa/papers/2007/wp45_2007.pdf (acessado em 13/07/2014).
- PAULET, Jean-Pierre. **A Mundialização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- POLANYI, Karl. **The Great Transformation**: the political and economic origins of our time. Boston: Beacon Paperback Ed, 2001.
- SAHNI, Varun. **Índia: apesar de suas limitações, uma potência emergente**. In: Nueva Sociedad, p. 125-138. Set. 2013.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SIBAL, Rajeev D. **The Untold Story of India's Economy**. In: LSE Ideas. 2012.
- STIGLITZ, Joseph E., SEN, Amartya; e FITOUSSI, Jean-Paul. **Mismeasuring Our Lives**: why GDP doesn't add up. New York: The New Press, 2010.
- RESERVE BANK OF INDIA. <http://www.rbi.org.in/>
- UNDP. <http://hdr.undp.org/en>

VIANA, Manuela Trindade e ALVES, Raphaella. **A Revisão da Política Comercial Indiana na OMC:** implicações das políticas domésticas para as regras de comércio internacional. Rio de Janeiro: Brics Policy Center. 2011.

WORLD BANK. **Atlas of Global Development.** A visual guide to the world's greatest challenges. Washington, DC: World Bank, 2013.